TRIBUNAL MARÍTIMO ADMINISTRATIVO — FUNÇÃO DESSE ÓRGÃO TÉCNICO — REVISÃO DE SUAS DECI- SÕES PELO PODER JUDICIÁRIO

— O Tribunal Marítimo Administrativo, em nossa organização, não tem função de proferir coisa julgada, com força irresistível, perante os tribunais judiciários; é tribunal quase-judiciário, fenómeno muito comum nos Estados Unidos, e que, no Brasil, também tem tido certo desenvolvimento. A função desses tribunais quase-judiciários é a de tribunais técnicos: em favor deles milita o princípio da confiança. Assim, o exame de fato, a que eles procedem, não deve ser, com leveza, repellido pelos tribunais judiciários. Mas, as suas decisões podem ser revistas, quando ferem dispositivos de lei ou quando, ainda em questão de provas, incidem em erro manifesto.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Sociedade Paulista de Navegação Matarazzo Ltda. *versus* Cap. Lars Christian Klemensen Jeorgensen.

Agravo de instrumento n.º 11.094 — Relator: Sr. Ministro

BENTO DE FARIA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de instrumento em que são: agravante, a Sociedade Paulista de Navegação Matarazzo Ltda. e agravado, o Cap. Lars Christian Klemensen Jeorgensen:

Acorda o Supremo Tribunal Federal, pela segunda turma, por maioria, dar provimento ao agravo para mandar subir o recurso extraordinário, depois de devidamente processado, pelas razões constantes das notas taquigráficas. Custas pelo agravado.

Supremo Tribunal Federal, 28 de maio de 1934. — José Linhares, Presidente. — Bento de Faria, Relator.

RELATÓRIO E VOTO

O Sr. Ministro Bento de Faria — A Companhia Sociedade Paulista de Navegação teve um de seus vapores — “Lídia” — abalroado pelo vapor dinamarquês “Bornholm”, à entrada do porto de Santos.

Procedendo-se a inquérito na Capitania do Pôrto, aí teria sido apurado que o causador do acidente fôra o dito vapor dinamarquês.

Submetido o caso ao Tribunal Marítimo Administrativo, também julgou ser responsável o Cap. do "Bernholm" e do prático do aludido pôrto, impondo-lhes a penalidade administrativa. Fixada assim a culpa pelo órgão competente a mencionada Companhia intentou ação de indenização contra o referido responsável, com fundamento no aludido julgamento do mencionado Tribunal.

Conclusos afinal os autos o juiz de direito da Vara Cível e Comercial de São Paulo, aceitando como indiscutível a responsabilidade já mencionada que fôra perfeitamente definida pelo Tribunal Marítimo, não só por lei, o competente para fazê-lo como por lhe ser dado melhor ajuizar de assunto em que é especialista, e resolvendo sôbre a extensão do pedido de indenização, julgou procedente a ação para condenar o réu, na qualidade de procurador legal do armador, proprietário do "Bornholm" (fls. 177).

Em apelação, a Segunda Câmara Civil do Tribunal de Apelação do Estado julgou a ação improcedente por entender que, sem embargo da decisão administrativa, a responsabilidade pelo abalroamento devia ser inteiramente atribuída ao capitão do navio nacional (fls. 193 v.).

Dai o recurso extraordinário manifestado com fundamento no art. 101, III, letras a e d, da Constituição, o qual foi denegado por considerar o Presidente do Tribunal aplicar retamente a lei em face das provas (fls. 203).

Houve agravo (fls. 205), sendo mantido o indeferimento salvo o melhor juízo dêste Tribunal.

Isto pôsto :

I — O Decreto n.º 24.585 de 5 de julho de 1934, instituindo o Tribunal Marítimo Administrativo, com jurisdição sôbre tôda a costa, mares interiores e vias navegáveis da República, atribuiu-lhe competência para fixar a natureza e a extensão dos accidentes da navegação, examinando a sua causa determinante e as circunstâncias em que se verificaram, uma vez que no caso tenham ocorrido com embarcações mercantes nacional e estrangeira, em águas nacionais (art. 10).

No § 1.º do mesmo artigo foi-lhe especialmente atribuída a competência para, além de outras atribuições, apurar a causa do sinistro e a quem caberia a respectiva responsabilidade.

E declarando no art. 46 que — as suas sentenças finais obrigam em todo o território e águas da República, e terão execução no Juízo competente, quanto à pessoa declarada responsável, ainda acrescentou no art. 52, como norma a ser observada nas respectivas execuções — que tais decisões, no seu caráter arbitral, suprem o exame ou juízo de peritos náuticos quando :

- a) fixam a natureza e definem a extensão dos accidentes da navegação ;
- b) defendem as causas determinantes dêsses accidentes e suas circunstâncias;
- c) apontam os responsáveis por êsses accidentes. Êsses fatos, portanto, apurados que sejam por êsse Tribunal, na ação, por dispensarem a sua reafirmação por nova perícia na execução, a decisão que os reconheceu, definiu e inculcou o responsável há de ser aceita como prova no Juízo da execução, onde, em consequência, se fixará o valor do dano já demonstrado.

Assim não entendeu, porém, o Tribunal paulista, que, julgando possível exercer tais atribuições, com fundamento na mesma prova, reformou a sentença recorrida para julgar a ação improcedente. Tal justificativa, a meu ver, o recurso interposto dêa que assim julgando o Tribunal recorrido contrariou aparentemente aquêles dispositivos da lei federal.

Assim sem entrar na apreciação do seu julgado dou provimento ao agravo para mandar subir o recurso.

Para decidir sobre o acêrto ou desacêrto das decisões de tribunais quase-judiciais, quando a êles assegurada autonomia para examinar a questão de fato, quando os fatos se relacionem com a atividade específica ou técnica de sua competência, penso que tal não pode ser feito em agravo limitado à apreciação de um simples despacho.

Será tornar muito precária, ou mesmo importará em anular tal autonomia, tão claramente estabelecida pela aludida lei nacional.

Devo esclarecer ao Tribunal que o recorrido, após a denegação do recurso em apêço, juntou a certidão de fls. 256, por onde se vê que, quase um ano depois de iniciada esta execução, o juiz da Primeira Vara dos Feitos da Fazenda Nacional proferiu sentença para anular a questionada decisão do Tribunal Administrativo, em ação quase proposta pelo réu, ora agravado.

Essa sentença, que foi recorrida, ainda não foi sujeita ao julgamento da primeira Câmara, a que foi distribuída, achando-se os autos com vista ao Exmo. Sr. Procurador da República.

Não considero essa circunstância impediante do conhecimento do recurso, cuja interposição admito, pois tal sentença, ainda sem trânsito em julgado, não tem o efeito de invalidar as decisões da justiça paulista.

VOTO

O Sr. Ministro Orozimbo Nonato — Sr. Presidente, o Tribunal Marítimo Administrativo, em nossa organização, não tem função de proferir coisa julgada, com força irresistível, perante os tribunais judiciários; êle é tribunal quase-judiciário, fenômeno muito comum nos Estados Unidos, e que, no Brasil, também tem tido certo desenvolvimento. A função dêsses tribunais quase-judiciários é a de tribunais técnicos; em favor dêles milita o princípio da confiança. Assim, o exame de fato, a que êles procedem, não deve ser, com leveza, repellido pelos tribunais judiciários. Mas, as suas decisões podem ser revistas, quando ferem dispositivos de lei ou quando, ainda em questão de provas, incidem em êrro manifesto.

Nestas condições, como disse o Sr. Ministro Bento de Faria, não é possível, sem o conhecimento direto dos autos, emitir-se qualquer opinião segura, têrmos em que estou de acôrdo com o Sr. Ministro relator.

VOTO

O Sr. Ministro José Linhares (Presidente) — Discordo do voto do Sr. Ministro relator e dos demais ministros: nego provimento ao agravo.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Deram provimento, para mandar subir o recurso, contra o voto do Sr. Ministro Presidente.